

# CIRCULAÇÃO DE IDEIAS E CULTURA ESCRITA NO BRASIL NO CONTEXTO DA PRIMEIRA REPÚBLICA\*

Maria Alayde Alcântara Salim<sup>\*1</sup>

Ueber José de Oliveira<sup>\*2</sup>

**Resumo:** O artigo tem como propósito discutir algumas das principais ideias que circulavam no Brasil no alvorecer do século XX, em especial àquelas trazidas pelos autores denominados *modernistas*, que interpretavam e problematizaram, de forma contundente, os vários aspectos que configuravam a realidade social brasileira daquele contexto, marcada por diversas indefinições, principalmente por ocasião da ruptura político-institucional trazida pela República recém instaurada. Procuramos investigar como tais intelectuais, a exemplo de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto, entre outros, compreendiam e projetavam o Brasil no sentido de edificar uma identidade cultural tipicamente brasileira, bem como alcançar o progresso. Para tais intelectuais, entre os quais Silvio Romero aparece como nome exponencial, para que o Brasil alcançasse o tão almejado progresso social e civilizatório, era imprescindível desenvolver a cultura escrita, a literatura e a leitura de maneira ampla entre a população.

**Palavras-chave:** Primeira República; Identidade; Progresso.

7

**Abstract:** The article aims to discuss some of the main ideas that circulated in Brazil at the dawn of the twentieth century, especially those brought by so-called modernists, who interpreted and problematized, in a forceful way, several aspects that shaped the Brazilian social reality of that context, marked by various uncertainties, especially on the occasion of the political-institutional rupture brought about by the newly established Republic. We seek to investigate how these intellectuals, such as Silvio Romero, Euclides da Cunha, Graça Aranha and Lima Barreto, among others, understood and projected Brazil in the sense of building a typically Brazilian cultural identity and achieving progress. For such intellectuals, Silvio Romero distinguishes himself as an exponential name, in order to reach the longed for social and civilizing progression in Brazil, it was essential to develop written culture, literature and reading in a broad way among the population.

**Keywords:** First Republic; Identity; Progress.

---

\* Artigo submetido à avaliação em 13 de novembro de 2016 e aprovado para publicação em 17 de dezembro de 2016.

<sup>\*1</sup> Doutora em Educação (PPGE-Ufes). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica (PPGEEB-Ufes). Professora do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes).

<sup>\*2</sup> Doutor em Ciência Política (PPGpol-Ufscar). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGhis-Ufes). Professor do Departamento de Educação e Ciências Humanas e Sociais (Ufes/Ceunes).

### As ideias na Primeira República: aspectos gerais

**A** Primeira República no Brasil é um momento fundamental no que diz respeito à circulação de ideias, que, cultivadas pela nata da intelectualidade brasileira da época, possuíam duas intencionalidades principais: a de interpretar o Brasil real, por vezes oculto pela narrativa histórica oficial da monarquia recém destronada do poder, e a busca pela edificação de uma narrativa republicana, considerando, inclusive, o anseio pela eleição de símbolos e heróis que incorporassem a nova nação que se edificava.

Nesse período, a literatura, bem como todas as referências culturais francesas, em especial, representavam a modernidade, o progresso e a sofisticação, ao passo que a herança portuguesa e suas referências culturais eram associadas às imagens do passado colonial, do atraso econômico e do sistema monárquico, enfim todas as marcas que, naquele momento, buscavam-se superar. Os novos segmentos sociais urbanos responsáveis pela edificação de uma nova narrativa histórica opunham-se à fisionomia política, econômica e cultural do País, em especial de herança lusitana, incorporando o discurso da modernidade e da exaltação do progresso, característico do final do século europeu, de matrizes francesa e inglesa, especialmente o primeiro, mesclado aos modelos políticos provenientes da realidade norte-americana.

8

Com relação à cultura francesa, não se pode deixar de destacar a propagada influência do positivismo no processo de implantação do regime republicano. As ideias de Comte invadiram os centros de estudo superiores no Brasil, apresentando-se como uma referência teórica fundamental na formação dos futuros dirigentes políticos e econômicos, bem como dos grupos que controlavam a produção cultural no Brasil. Além de defenderem concepções relacionadas ao evolucionismo social e a ideia do progresso como força motriz da história, os intelectuais positivistas brasileiros, em seus discursos e textos, defendiam a necessidade da afirmação de uma identidade e dos valores da cultura nacional e local, que deveriam se constituir a partir dos modelos dominantes da cultura ocidental.

O escritor Silvio Romero (1953), ícone intelectual da sua geração, principalmente para aqueles que se dedicavam ao mundo das letras, é um exemplo clássico dessa obstinação dos intelectuais positivistas com a afirmação de uma identidade cultural. Em seu clássico estudo sobre a história da literatura no Brasil, proclamava a todo o momento a necessidade *de* “[...] firmamos definitivamente nossa completa independência intelectual”, denunciando o caráter imitativo da cultura nacional. Assim, segundo Romero (1953, p. 129):

A Nação brasileira não tem em rigor uma forma própria, uma individualidade característica, nem política nem intelectual. Todas as nossas escolas, numa e noutra esfera, não têm feito mais em geral do que glosar, em clave baixa, as ideias tomadas à Europa, às vezes em segunda ou terceira mão [...]. Temos uma literatura incolor; os nossos mais ousados talentos dão-se por bem pagos quando imitam mais ou menos regularmente algum modelo estranho.

Na visão desses pensadores, entre os quais Silvio Romero aparece como nome exponencial, para que o Brasil alcançasse o almejado progresso social e civilizatório, era fundamental o desenvolvimento da cultura escrita, da literatura e da leitura entre a população. Por isso, verifica-se nos projetos dos dirigentes que atuavam na área da cultura no início do século XX, o objetivo da disseminação dos meios materiais que fomentassem a atividade da escrita e da leitura. Havia, assim, todo um discurso de incentivo à atividade literária, à publicação de jornais e revistas, ao desenvolvimento de publicações pedagógicas, à formação de academias, institutos e clubes literários, enfim, de todas as atividades que pudessem impulsionar as práticas de escrita e leitura.

Apesar da profunda desigualdade que marcava a sociedade da época, a ideia sobre a importância da leitura e o desejo de difundir essa prática circulavam entre diferentes segmentos sociais. Não por acaso, durante os primeiros anos do período republicano, em todos os Estados, mesmo naqueles localizados na periferia dos polos econômicos e culturais do País, desenvolveram-se centros literários e clubes de leitura que colocavam em foco o problema da criação literária e a disseminação da leitura.

As tentativas desses Estados tidos como periféricos de se inserirem no mundo das letras eram recebidas com ironia e descaso pelos escritores da Capital da Federal, na época o Rio de Janeiro, o que revela uma concepção extremamente elitista de cultura. Para esses escritores, não haveria salvação possível para as letras fora do Rio de Janeiro. Broca ilustrou bem esse fenômeno com a citação de um artigo do jornalista carioca Luis Edmundo, intitulado *Centros literários nos estados parece pilhéria*, no qual, dizia o autor:

No entanto no Ceará, no Pará, e em outros estados, as agremiações e as academias não cessavam de surgir, num crescente esforço de criar uma atmosfera literária e possibilidade de êxito no mundo das letras aos que se recusavam ou não podiam buscar a consagração na Rua do Ouvidor (BROCA, 2004, p. 98).

De fato, nem mesmo na capital a inserção na vida literária era tarefa fácil para aqueles que não estivessem sob a égide do Estado. Como analisou Schwarcz (2000), o processo de consolidação da Monarquia teve como um de seus alicerces uma política cultural de caráter paternalista, afirmando-se, assim, os *laços de dependência* que marcariam profundamente as diversas áreas da vida sociocultural brasileira. Esse tipo

de política da cultura, portanto, se caracterizava pelo apoio pessoal em detrimento de medidas que pudessem criar condições estruturais que atendessem ao conjunto da população e não apenas a grupos privilegiados. Os efeitos dessa política para as práticas literárias foram enfocados por Lajolo e Zilberman (2003, p. 71), em suas análises sobre a formação da leitura no Brasil:

[...] incapaz de articular uma política cultural que ultrapasse as funções mecenas do Estado, o governo acabou transformando o serviço público em instância supletiva de uma política cultural e educacional pouco eficiente, já que falhou sempre na construção da infra-estrutura essencial à modernização da produção literária.

10 Para aqueles que estivessem excluídos desse círculo de privilegiados ficava praticamente impossível viver da sua produção literária ou de qualquer outra relacionada com o universo da produção cultural. Os que se aventuravam no mundo das letras se deparavam com dois fortes obstáculos: por um lado, a carência de meios materiais para a produção e circulação do material impresso – tipografias e livrarias – e, por outro, o restrito público consumidor do produto final. Com relação ao pequeno número de consumidores de livros, é importante lembrar que os índices de analfabetismo eram extremamente altos. Apesar das imprecisões estatísticas, as pesquisas sobre o tema estimam que até o final do século XIX cerca de 70% da população brasileira era analfabeta. Claro que esses índices variavam entre as diversas regiões do País. Na Capital do Império, por exemplo, a situação era um pouco melhor, cerca 50% da população era alfabetizada.<sup>1</sup>

Em artigo publicado na imprensa carioca no ano de 1866, o escritor Machado de Assis, que acabara de ingressar no mundo das letras com a publicação de seu primeiro livro, analisava as dificuldades enfrentadas pelos escritores no Brasil:

Há duas razões principais desta situação: uma de ordem material, outra de ordem intelectual. A primeira se refere à impressão dos livros, impressão cara, e de nenhum lucro pecuniário, prende-se inteiramente à segunda que é a falta de gosto formado no espírito do público. Com efeito, quando aparece entre nós esta planta exótica chamada editor, se os escritores conseguem encarregá-lo, por meio de um contrato, da impressão de suas obras, é claro que o editor não pode oferecer vantagens aos poetas, pela simples razão de que a venda de livro é problemática e difícil. A opinião que devia sustentar o livro, dar-lhe voga, coroá-lo, enfim, no Capitólio moderno, essa, como os heróis de Tácito, brilha pela ausência. Há um círculo limitado de leitores: a concorrência é quase nula, e os livros aparecem e morrem na livraria (ASSIS, 1962, p. 841).

---

<sup>1</sup> Os dados foram recolhidos das seguintes fontes de pesquisa: Carvalho (2003); Lajolo e Zilberman (2003).

O autor falava a partir da sua realidade vivenciada no Rio de Janeiro, local que contava com as melhores condições materiais para a produção e circulação do livro e melhores níveis de escolaridade do país. Ao que tudo indica, nas demais províncias que estavam na periferia do poder a situação apresentava-se muito mais adversa. A Capital do Império afirmava-se como o principal centro editorial do País, concentrando os meios e os recursos econômicos que viabilizavam as diversas produções culturais, condição que se manteve durante as primeiras décadas da República.

Assim, essas tentativas de difundir a leitura e a escrita ficavam muitas vezes no discurso, pois, na prática, esbarravam no conservadorismo e na desigualdade sobre os quais estava alicerçada a sociedade brasileira naquele período, sem contar o caráter autoritário da República brasileira que acirrou o controle tanto em relação às atividades econômicas e políticas, quanto em relação às atividades culturais. Como se dizia na época, *não era a República dos sonhos*. Segundo José Murilo de Carvalho (1998), a realidade republicana foi bem diferente da que seus principais ideólogos anunciaram, uma vez que a República se consolidou sobre o mínimo de participação política e sobre a exclusão do elemento popular no governo. Consolidou-se, assim, sobre a vitória da ideologia liberal pré-democrática, darwinista e oligárquica. Todas as tentativas de participação política organizadas, ou seja, que se processariam pela via legal, como a formação de partidos entendidos como elementos de mediação entre a sociedade e o Estado, foram frustradas. Nesse caso, nas palavras de José Murilo de Carvalho, “[...] a relação da República com a cidade só fez, em nosso caso, agravar o divórcio entre as duas e a cidadania [...]” (CARVALHO, 1987, p. 162)

Ademais, não por acaso, o controle exercido pelos órgãos da República era tão forte que alguns jornalistas e escritores lastimavam o fim da Monarquia. Esse é o caso, citado por Hallewell, do jornalista e professor do Ginásio Nacional e da Escola Normal do Rio de Janeiro, José Veríssimo de Matos, que assim escrevia no ano de 1900:

Nos últimos vinte anos do império, nenhuma [imprensa] seria mais livre no mundo. Com a República essa liberdade diminuiu sensivelmente, tornando-se vulgar, em todo o país, a destruição, o incêndio, o empastellamento de typographias, os ataques pessoais, ferimentos, mortes ou tentativas de morte de jornalista (HALLEWELL, 2005, p. 225).

Além da censura exercida pelos órgãos oficiais, havia ainda a censura social norteada pelos valores morais da época. De acordo com esses valores, os livros eram divididos entre os que ofereciam uma boa leitura e os que ofereciam uma *má leitura*, ou seja, aqueles que reforçavam a moral vigente e aqueles que representavam uma contestação desses valores.

## Novos rumos das ideias no alvorecer do século XX

Com relação aos rumos da produção literária no decorrer das últimas décadas do século XIX, ocorreu um movimento de transformação em todos os campos da produção, denominado por Bosi (1994, p. 245) de *viragem anti-romântica*: “[...] chamou-se realista e depois naturalista na ficção, parnasiana na poesia, positiva e materialista em filosofia”. A produção escrita foi assumindo, progressivamente, uma nova ótica social marcada por uma consciência histórica e crítica e preocupada com a busca do que seriam os valores *genuinamente brasileiros*. As letras passaram a representar um instrumento de ação e a leitura uma forma de tomada de consciência da nossa condição histórica e social.

Contudo, essa produção de ideias focalizava os diversos aspectos da realidade social a partir dos pressupostos do *evolucionismo*, *darwinismo social* e do *determinismo biossociológico*. O pensamento de Silvio Romero em relação às letras brasileiras evidencia claramente a presença desses pressupostos positivistas nas análises tecidas sobre as questões nacionais. Para o autor, a literatura – como as demais artes e o folclore – manifesta os fatores naturais e sociais e a influência das correntes estrangeiras:

12

A literatura brasileira não se furta as condições gerais de toda literatura antiga e moderna, - ser a resultante de três fatores fundamentais: *o meio, a raça, as correntes estrangeiras*. Da ação combinada destes três agentes, atuando nas ideias e nos sentimentos de um dado povo, é que se originam as criações espirituais a que se costuma dar o nome de literatura. A literatura é apenas um ramo da criação artística, a arte da palavra escrita ou falada, que, como toda a arte não passa de um capítulo da sociologia. Ora, o fundamento de toda sociologia, a sua condição primordial, vem a ser – terra e gente, o meio e a população (ROMERO, 1953, p. 297, grifo nosso).

Segundo o autor, a vida literária no Brasil seguiria o sentido ditado pelas leis que governavam o *progresso da humanidade* e da *seleção natural*:

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente. Essa adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A *darwinização* da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia (ROMERO, 1953, p. 63, grifo nosso).

Outro aspecto marcante no pensamento de Romero e dos autores da sua geração era a visão negativa do homem tropical, especialmente do mestiço, que, segundo Bosi, “[...] ganhava um caráter científico e realista” (BOSI, 1994, p. 247). Apesar de reconhecer o caráter mestiço do povo brasileiro, Romero previa a futura identificação entre esse

grupo racial e os descendentes dos brancos europeus: “O mestiço, que é a genuína formação histórico brasileira, ficará só diante do branco quase puro, com o qual se há-de, mais cedo o mais tarde, confundir” (ROMERO, 1953, p. 112).

Autores, como Tobias Barreto e, principalmente, Sílvio Romero produziram um ideário que se perpetuou até os primeiros anos do século XX e exerceu uma forte influência nos centros de estudo superior e, conseqüentemente, na formação dos profissionais que atuavam no ensino secundário por todo o País. Além disso, Sílvio Romero escreveu livros didáticos, como o *Compêndio de história da literatura brasileira* (em colaboração com João Ribeiro), em 1906, e *A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis*, em 1890, destinados, respectivamente, ao ensino de Literatura e História no curso secundário. Esses livros integravam o programa do Ginásio Nacional, referência para as demais instituições de ensino secundário do País e serviram de modelo para outros escritores de livros didáticos.

Nas gerações seguintes, os laços da produção literária com a realidade social tornaram-se cada vez mais estreitos. No início do século, autores como Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto, que, segundo Bosi (1994), já podem ser *chamados de pré-modernistas*, problematizaram, de forma ainda mais contundente, os vários aspectos que configuravam a realidade social brasileira. Apesar de estarem mais atentos às particularidades históricas e culturais do País, viveram, com maior ou menor intensidade, o mesmo sentimento contraditório dos escritores de gerações anteriores. Conforme traduziu Bosi (1994, p. 306), “[...] viveram uma consciência dividida entre a sedução da cultura ocidental e as exigências do seu povo, múltiplos nas raízes históricas e na dispersão geográfica”. Do mesmo modo, Sodré (2004) também ressaltou as mudanças provocadas por Euclides da Cunha, Graça Aranha e Lima Barreto no cenário literário da época. Segundo suas análises, esses autores e suas obras instauraram novas formas de perceber a sociedade brasileira e constituíram as bases da literatura contemporânea.

No caso de Lima Barreto, segundo Freire (2010, p. 143), o escritor se destaca não somente pela ousadia e postura crítica em relação aos problemas nacionais que suscita na sua literatura, mas, principalmente, “[...] pelo modo como rompe com a tradição do emprego modular de uma linguagem academicista, estetizante e falseadora que não representa os anseios que os novos tempos exigem [...]”. Deste modo, sem dúvida, confere vazão a uma prática literária inovadora e a um estilo de escrita moderna. O verbo passa a gerar e ser gerado pela condição de realidade que a sociedade vigente experimentava, e não mais pela ilusão dos salões mais eminentes da sociedade brasileira (FREIRE, 2010). Assim, segundo Freire (2010, p. 147):

Estão presentes nas obras barretianas o homem e o mundo que o cerca de forma muito próxima do real, e isto interferiu diretamente em sua recepção.

Algumas vezes de forma positiva; outras, negativa. O que demonstra que a contradição faz parte do mundo do escritor. Por ser um escritor militante, Lima Barreto encontrou na Literatura o meio ideal para extravasar sem piedade suas críticas sociais, reforçando o papel da Literatura enquanto instrumento integrante e influenciador da vida social.

E completa a autora:

Com isso, a literatura barretiana volta-se para o social e para os problemas do povo brasileiro, denotando um cunho explícito de literatura militante e aponta para uma ruptura com a tradição, propiciando um clima favorável que traria as renovações propostas pela semana de arte moderna, a partir de 1922. Porém, Lima Barreto não teve tempo para constatar-las, mas não nos resta dúvida de que ele foi o precursor do modernismo em nossas letras, com uma literatura que se voltou para os problemas existenciais do indivíduo em face da sociedade (FREIRE, 2010, p. 150).

Ainda sobre o autor, Lima Barreto (2005) era um crítico severo de algumas mudanças realizadas em nome do progresso, que tanto encantava os intelectuais de formação positivista. Com relação às mudanças arquitetônicas do Rio de Janeiro, por exemplo, ironizou: “De uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia” (BARRETO, 2005, p. 106). Na crônica intitulada *A Biblioteca*, publicada no *Correio da Noite*, em 1915, comentou sobre a pequena frequência de leitores na Biblioteca Nacional, ainda mais depois da sua mudança para um *suntuoso palácio americano*, que inibia a visita dos mais pobres:

Ninguém compreende que se subam as escadas de Versalhes senão de calção, espadim e meias de seda; não se pode compreender subindo os degraus da Ópera, do Garnier, mulheres sem decote e colares de brilhantes, de mil francos; como é que o Estado quer que os malvestidos, os tristes, os que não têm livros caros, os maltrapilhos ‘fazedores de diamantes’ avancem por escadarias suntuosas, para consultar uma obra rara, com cujo o manuseio, num dizer aí das ruas, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor? (BARRETO, 2005, p. 64).

Além de Lima Barreto, para Barboza Filho (2003, p. 59), Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, é outro que abriu o caminho para a elaboração de nova reflexão sobre a nossa história, diversa daquelas que repousavam na “[...] consciência amena do atraso”, revelando ao leitor, além da vida do povo no sertão e suas mazelas, “[...] a irrupção violenta e trágica do espectro do barroco de Antonio Conselheiro, de um sedimento calcificado da tradição que o mundo urbano julgava destruído e superado, e que se manteve imune à sedução tanto do liberalismo quanto do romantismo”. Assim, a perspectiva euclideana promoveu o reencontro do leitor com a realidade brasileira,

“[...] encoberta pelas mistificações românticas, por uma legalidade intransitiva ou pela pura e simples ignorância”.

Na visão de Bosi (1994), depois de Lima Barreto<sup>2</sup> e Euclides da Cunha, Monteiro Lobato soube apontar como ninguém as mazelas físicas, sociais e mentais do Brasil na Primeira República, embora sua posição ideológica o afastasse do Modernismo. Além de escritor, Lobato também foi um empresário no ramo do livro e, tanto numa área quanto na outra, promoveu mudanças fundamentais no mundo da leitura. Como escritor, liderou o debate que começou a ser travado na época sobre a inadequação do material de leitura oferecido aos jovens, denominado ironicamente por ele de *instrumentos de torturar crianças*. Visando a promover a formação de leitores, adotou um procedimento inovador na sua produção literária: incorporou da tradição oral a figura do narrador que transmite aos seus ouvintes as histórias que compõem o folclore popular.

A partir de 1917, Monteiro Lobato passou a atuar no mercado editorial brasileiro, primeiro publicando seus próprios livros e depois os de outros autores com a compra da Revista do Brasil. Como empresário, atacou o que para ele era o maior problema para o mercado do livro no Brasil: a falta de postos de venda. Na década de 1920, em todo o território brasileiro, existiam apenas 30 livrarias que aceitavam livros em consignação. A estratégia de Lobato era ampliar os pontos de venda, distribuindo livro entre diversos estabelecimentos comerciais: como farmácias, armazéns, banca de jornal e outros. Em tom de ironia, contava que vendia livros em qualquer lugar, menos em açougues, com medo que ficassem *sujos de sangue*.

Assim, Lobato dessacralizava a imagem do livro, atribuindo-lhe uma representação de um produto de consumo como outro qualquer, que deveria estar ao alcance do público consumidor. Essa concepção fica explícita na divertida carta, citada por Hallewell (2005), que o autor enviou a centenas de estabelecimentos comerciais espalhados por todo o País, inclusive no Espírito Santo, onde, pelo que parece, não obteve grande êxito:

Vossa Senhoria tem o seu negócio montado, e quanto mais coisa vender, maior será o lucro. Quer vender também uma coisa chamada 'livros'? Vossa Senhoria não precisa inteirar-se do que essa coisa é. Trata-se de um artigo comercial como qualquer outro: batata, querosene ou bacalhau. É uma mercadoria que não precisa examinar nem saber se é boa nem vir a esta escolher. O conteúdo não interessa a V.S., e sim ao seu cliente, o qual dele tomará conhecimento através das nossas explicações nos catálogos, prefácios, etc. E como V.S. receberá esse livro em consignação, não perderá coisa alguma no que

---

<sup>2</sup> Lima Barreto teceu, em seus trabalhos, uma crítica voraz e extremamente original sobre a sociedade brasileira do início do século XX, discutindo diversos aspectos da realidade social, dentre eles a educação. Sobre esse tema, ver: Lopes (2006).

propomos. Se vender tais livros terá uma comissão de 30. p. c.; se não vendê-los, no-los devolverá pelo Correio, com porte por nossa conta. Responda se topa ou não topa (HALLEWELL, 2005, p. 398).

A atuação de personalidades como a de Monteiro Lobato rendeu frutos. Houve um crescimento significativo do mercado editorial brasileiro nas primeiras décadas do século XX. De maneira geral, a Primeira Guerra Mundial teve um efeito bastante estimulante para a indústria brasileira, considerando que os produtos locais foram substituindo os produtos importados não disponíveis. O processo de *substituição de importação* também ocorreu no mercado editorial. Muitos livros que eram impressos na Europa, principalmente em Portugal, passaram a ser produzidos pelas editoras do País. Mas o mercado editorial era frágil e instável e, como todos os setores da economia brasileira durante o período, estava suscetível às oscilações da conjuntura econômica mundial.

Assim, esse *boom* do mercado editorial brasileiro verificado durante os anos do pós-guerra chegou ao fim no transcorrer da década de 1920. Com o restabelecimento econômico parcial dos países atacados pela guerra, as exportações despencaram e a desvalorização da moeda trouxe prejuízo para as editoras que compravam máquinas e matéria-prima na Europa.

16

A década de 1920 marcou ainda o avanço do mercado editorial de São Paulo que, pela primeira vez, começou a ameaçar a histórica hegemonia cultural do Rio de Janeiro. Essa mudança fazia parte de uma série de transformações culturais que se desenrolaram a partir de São Paulo durante o período: o *Modernismo*. Esse movimento atingiu as diversas áreas da produção artística e aprofundou, de maneira ainda mais radical, a relação da arte com referências da cultura local.

### **Considerações finais**

Para Bosi (1994, p. 332), o movimento modernista não foi exclusivamente uma ruptura com os códigos literários vigentes. Além de promover uma nova experiência com a linguagem, representou também uma “[...] crítica global às estruturas mentais das velhas gerações e um esforço de penetrar mais fundo na realidade brasileira”. Na verdade, como já foi mencionado, essa tendência vinha ganhando espaço do meio cultural brasileiro desde o início do século XX. Aliado a esse movimento interno, alguns escritores brasileiros, antes mesmo da Primeira Guerra, tiveram contato, na Europa, com movimentos que criticavam os padrões culturais estabelecidos. Assim, este novo proceder no campo da literatura e no campo das ideias se constitui, pelo espírito

libertário, sedimentado terreno para que a primeira geração modernista efetivasse as transformações implosivas e explosivas nos mais diversos aspectos da sociedade brasileira, que influenciará, e de maneira decisiva, as gerações futuras que estarão à frente dos destinos do país.

## Referências

- ASSIS, M. de. **Crítica literária**. São Paulo: Mérito, 1962.
- BARBOZA FILHO, R. **Tradição e artifício**: iberismo e barroco na formação americana. Belo Horizonte: Ed. UFMG/IUPERJ, 2000.
- BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BROCA, B. **A vida literária no Brasil**: 1900. Rio de Janeiro: José Olympio Editor, 2004.
- CARVALHO, J. M. **Construção da ordem**: teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- CHARTIER, R. (Org). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- FREIRE, Z. R. N. dos S. Literatura e história na ficção barretiana: linhas tênues. **Raído**, v. 4, n. 8, p. 141-160, 2010.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2005.
- LAJOLO, M.; ZILBERNAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2003.
- LOPES, S. F. A educação escolar na Primeira República: a perspectiva de Lima Barreto. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; NASCIMENTO, M. I. M. (Org.). **Navegando pela História da Educação brasileira**. Campinas: Graf. FE; Histed-BR, 2006.
- ROMERO, S. **História da literatura brasileira**: contribuições e estudos gerais para o exato reconhecimento da literatura brasileira. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. t. 1.
- SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.